



**ILMO. SR. PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - RJ**

REF: Pregão Eletrônico nº. 157/2023

Processo Licitatório nº. 5561/2023

BILLINGPAY INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Rua Uruguaiana 174, sala 301, Centro, Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.726.250/0001-08, por seu representante legal subscritor desta, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 41, § 2º da Lei nº 8.666/1993 e item 6.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 157/2023, Processo Licitatório 5561/2023, oferecer

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS,

pelas razões de fato e de direito abaixo transcritas:

I – DOS FATOS

Em análise pormenorizada do referido Edital e seu Termo de Referência, foi verificada a existência de questões que necessitam de esclarecimento, antes da realização do Pregão Eletrônico, a fim de viabilizar uma melhor adequação ao processo licitatório, evitando que reste prejudicado o pregão eletrônico já agendado para o dia 08/08/2023 e infrutífera a contratação do serviço pretendido.



II – DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

O item 6.3 do Edital ora em comento, especifica que os pedidos de esclarecimentos, referentes ao processo licitatório, deverão ser encaminhados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data da licitação, por meio eletrônico.

Assim, tendo-se em vista que o item 1 do Edital especifica que a abertura das propostas se dará no dia 08/09/2023 às 10:00 horas, e aplicando-se a norma legal vigente, em que os prazos legais se excluem o dia de início e computam-se o dia de encerramento, tem-se que o prazo para apresentação de pedido de esclarecimentos é até o dia 02/08/2023,

Desse modo, oferecido nesta data, evidencia-se a tempestividade do presente instrumento.

III – DOS ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS

III.a) DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

É sabido que o recente Edital de licitação do Sistema de Bilhetagem Digital do Município do Rio de Janeiro continha as seguintes vedações de participação do certame, *verbis*:

.....

...

É vedada a participação nesta LICITAÇÃO, direta ou indiretamente, isoladamente ou em CONSÓRCIO:



- i. De sociedades empresárias operadoras dos serviços urbanos de transporte público coletivo e suas subsidiárias que estejam em atuação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ou que integrem consórcio delegatário dos serviços, ou pertencentes ao mesmo grupo econômico, de fato ou de direito, assim entendidas aquelas que possuam, no todo ou em parte, identidade de sócios, dirigentes ou membros de conselho, bem como de empresas das quais estas ou seus sócios tenham participação societária ou sejam controladores;
- ii. De confederações, federações, sindicatos ou entidades e associações representativas de qualquer espécie que congreguem membros referidos no item i;
- iii. De novas empresas constituídas ou novos arranjos societários de qualquer espécie cujos sócios ou integrantes sob qualquer título se enquadrem no item i.

.....
...

Desse modo, e tendo em vista que essa tem sido a orientação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, especialmente quando o sistema de transporte público por ônibus for remunerado por subsídio que dependa da Bilhetagem Eletrônica como forma de controle serve o presente instrumento para indagar:



i) O Edital não considerou essas causas de vedação específicas de participação que impeçam a empresa operadora do atual Sistema de Transporte Coletivo de passageiros por ônibus e de empresas igualmente operadoras e suas entidades de classe (Sindicato, Federação e Confederação) de participarem? Por quê?

ii) Ou esta vedação restou considerada, quando se estabeleceu no Item 7, subitem 7.4.2 do Edital e no Item 4, subitem 6 do Termo de Referência?

III.b) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA

Ao se verificar a redação do Item 4 do Termo de Referência, item relativo às Condições de Participação do Licitante, o que se evidencia é que estão confusos, com a numeração embaralhada.

Esse embaralhamento pode se configurar em simples erro material, ou pode estar evidenciando alguma falha ou supressão de parte do Termo de referência, a gerar a ilegalidade do referido Termo.

Assim sendo, questiona-se:

i) Ocorreu erro material na numeração dos itens do Item 4 do Termo de Referência? Qual a numeração correta? Esse vício será corrigido por errata?

ii) A numeração embaralhada demonstra a supressão de algum trecho do Termo de Referência? Se sim haverá a republicação do Edital e do Termo de Referência?



III.c) PRAZO PARA RESOLUÇÃO DE VÍCIOS, DEFEITOS OU INCORREÇÕES

No Item 11.19 do Termo de Referência há um prazo a ser determinado pela fiscalização para que sejam reparados, corrigidos, removidos, reconstruídos ou substituídos o objeto do contrato em que se verifiquem, vícios defeitos ou incorreções.

Esses prazos não estão definidos em SLA (Service Level Agreement) no Termo de Referência, o que os acaba tornando em prazos “indefinidos” e discricionários, o que pode acarretar prejuízo no nível de serviço à medida que podem ser até impossíveis de serem atendidos, dependendo de como sejam fixados.

Diante disso, indaga-se:

- i) O Município de Nova Friburgo possui SLA's específicos a serem atendidos por prestadores de serviço, de modo que a sua fiscalização possa fixá-los de acordo com parâmetros pré-estabelecidos e conhecidos pelo Licitante?
- ii) Do contrário, não seria razoável estabelecer minimamente esses prazos, através de SLA's, definidos no Termo de Referência ou em documento anexo ao Contrato de Prestação de Serviços?



IV – DO PEDIDO

Ante o acima exposto e suscitado, requer-se que todas as questões indagadas sejam devidamente esclarecidas, no intuito de que o certame licitatório transcorra da forma cristalina e na melhor forma de direito.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 02 de agosto de 2023.

**BILLING PAY
INTEGRACAO DE
SISTEMAS
LTDA:32726250000108**

Assinado de forma digital por
BILLING PAY INTEGRACAO DE
SISTEMAS LTDA:32726250000108
Dados: 2023.08.02 23:10:10 -03'00'

BILLINGPAY INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.